



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NILÓPOLIS

Rua Pedro Álvares Cabral, 305, sala 201 - Centro, Nilópolis - RJ

E-mail: cmenilopolis@gmail.com

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, o Conselho Municipal de Educação reuniu-se, em sessão ordinária, através de meio digital, em razão da pandemia da COVID-19, que restringe a mobilidade e impede o encontro presencial. O Presidente fez a abertura da sessão, agradecendo a compreensão de todos diante da necessidade de transferência de data do encontro do mês de maio, da primeira para a segunda quinta-feira e perguntou se todos haviam lido a ata da reunião anterior, compartilhada no grupo de Whatsapp. Não havendo nenhuma ressalva, o documento foi aprovado por todos na sua íntegra. Antes de passar para a ordem do dia, o Presidente perguntou se, dentre os conselheiros, alguém gostaria de fazer algum comunicado. A conselheira Waldenise, como representante deste colegiado no Fórum Municipal de Educação, solicitou permissão ao Presidente do CME e à articuladora do FME, Prof^a Claudia Araújo, que estava em trânsito, comunicando-se apenas pelo chat, para falar sobre a reunião do referido fórum, ocorrida no dia anterior. Waldenise informou que o encontro aconteceu ainda com quorum muito baixo, pois não havia sido possível fazer uma divulgação para a recomposição do fórum, já que muitas pessoas foram desistindo, desanimando. Mas destacou que, de qualquer forma, a reunião havia sido proveitosa. Relatou que a conselheira Claudia havia participado de uma reunião pelo Estado sobre a CONAP, sugerindo aos membros do fórum a realização de uma miniCONAP em Nilópolis. Porém, por sugestão da professora Viviane (membro do FME) optou-se por uma “live” no Facebook para uma ambientação, buscando a adesão das pessoas para esse trabalho e, posteriormente, seria realizada uma reunião maior, a fim de selecionar delegados para participação da etapa estadual. Waldenise destacou que, durante a reunião, os participantes discutiram também sobre o boicote à educação e à ciência por parte do (des)governo federal, enfatizando-se a necessidade de um forte movimento em defesa da educação pública e de qualidade e que Nilópolis precisava se posicionar. A referida conselheira externou sua preocupação com a perspectiva de privatização da educação e de ânimos acirrados na campanha eleitoral de 2022. Destacou também o descaso do MEC com o PNE e seu monitoramento. Concluiu que o FME, apesar de contar com poucas pessoas, não estava parado, pois havia voltado a se reunir com a condução eficiente da professora Cláudia. O Presidente perguntou se havia proposta de data para a realização do evento. A conselheira Waldenise respondeu que ainda não, pois a professora Cláudia levaria a questão à Secretária de Educação, porque a Educação de Nilópolis precisaria organizar e conduzir tanto a “live” quanto a miniconferência. O Presidente perguntou se algum Conselheiro teria alguma pergunta sobre a questão do Fórum e ou algum comunicado, de modo a passar para ordem do dia. A conselheira Nilcéia pediu a palavra para dar uma sugestão, pois considerava a questão de rede muito importante. Ela sugeriu o encontro de um representante de cada conselho de Nilópolis: Educação, Idoso, Mulher e outros, para que todos pudessem conhecer as demandas de cada um e trocar experiências. O Presidente achou a sugestão muito válida, mas ponderou que seria necessário ter alguém ou alguma secretaria para coordenar essa ação, devido à demanda de estrutura e logística, ainda que para encontros virtuais. A conselheira Waldenise sugeriu, então, que a conselheira Nilcéia levasse a ideia à vice-prefeita, que seria a pessoa com acesso a todas as secretarias e conselhos. Por orientação do Presidente, ficou, então, consignada em ata a sugestão da conselheira Nilcéia, bem



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NILÓPOLIS

Rua Pedro Álvares Cabral, 305, sala 201 - Centro, Nilópolis - RJ

E-mail: cmenilopolis@gmail.com

como sua a responsabilidade em falar com a vice-prefeita para que ela pudesse articular esse encontro. Não havendo mais comunicados, passou-se ao assunto da ordem do dia: o acompanhamento das atividades remotas e presenciais do sistema de ensino. O Presidente pediu para que algum membro governamental ou assessor técnico informasse sobre esse andamento na rede municipal. A assessora técnica Roberta iniciou falando sobre a Educação Infantil, informando que o Infantil 5 havia retornado ao presencial no último dia 10, com muita luta e resistência da equipe da SEMED, que era contra, mas precisou acatar ordens superiores. Para acontecer esse retorno, foram feitas algumas formações na semana anterior, uma conversa sobre protocolo sanitário com a equipe da SEMED e PSS da prefeitura para os profissionais desse segmento e também uma formação para Coordenadores Pedagógicos. Esse retorno foi condicionado a um documento de aceite das famílias, que foi muito baixo. Assim, a maioria das turmas do Infantil 5 estava com pouquíssimas crianças. Roberta disse acreditar que a carga horária pequena (apenas duas horas) também interferia no não aceite dessas famílias às aulas presenciais. Concluiu dizendo que a Educação Infantil continuava atuando com o presencial e o remoto. Dando prosseguimento, a assessora técnica Andréa falou sobre os anos iniciais do Ensino Fundamental, que, anteriormente, já havia retornado às aulas presenciais com as turmas do 2º e 5º anos e, nessa semana, retornaram as turmas do 1º e 3º anos. Acrescentou que a frequência estava baixa, provavelmente, devido ao horário reduzido de aulas. Informou ainda que os alunos que não aderiram ao ensino presencial participavam de aulas remotas pelo WhatsApp e pelo Meet, além de “aulões” pelo Facebook e entrega de apostilas. Destacou que todas as atividades atendiam ao currículo adaptado para 2020/2021. Em seguida, a conselheira Cláudia também falou sobre a EJA, que já havia retornado com todas as fases, conciliando atividades presenciais e remotas, através da plataforma. A conselheira Eva perguntou para a assessora técnica Roberta se os alunos da Educação Infantil da rede pública que não tinham acesso à tecnologia acompanhavam as aulas através de apostila. A assessora técnica Roberta respondeu que havia sido criado o “Caderno de interações e brincadeiras”, contendo as mesmas atividades da plataforma, escolhidas por cada escola, devolvido a cada quinze dias. Completou dizendo que a Secretária de Educação, professora Débora, que não pôde estar presente a esta reunião, publicaria brevemente uma resolução sobre como contabilizar a frequência dos estudantes, em consonância com a legislação estadual. Ato contínuo, a assessora técnica Andrea falou que, nos anos iniciais, a escola elaborava apostila com um bloco de atividades da semana extraídas do grupo de Whatsapp e da plataforma, para que os responsáveis dos alunos que não tinham acesso à tecnologia a retirassem e depois a devolvessem para correção, no prazo determinado, com posterior devolutiva da escola. A conselheira Cláudia disse que também era disponibilizado material impresso para ser retirado na escola pelos alunos da EJA. A conselheira Eva enfatizou sua preocupação com as dificuldades pelas quais deviam estar passando os alunos da rede pública nesse período de pandemia. Considerando que os estudantes da classe média já não recebiam o apoio necessário da família, imaginava que menos ainda os da escola pública, sem condições nem espaço para estudar. Concluiu que o prejuízo era muito grande, com consequências e danos irreversíveis, sendo necessário muito tempo para reparar tudo isso. Acrescentou que a pandemia havia se dado num



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NILÓPOLIS

Rua Pedro Álvares Cabral, 305, sala 201 - Centro, Nilópolis - RJ

E-mail: cmenilopolis@gmail.com

momento muito complicado, especialmente no Brasil, com um governo negacionista, que se coloca claramente contra a educação. A conselheira Nilcéa corroborou dizendo que a figura do professor estava sendo fundamental nesse momento, o que foi endossado pela conselheira Eva: “São verdadeiros heróis, a pandemia provou isso!”. Dando continuidade ao primeiro assunto da pauta, o Presidente solicitou à conselheira Eva que relatasse sobre o funcionamento das escolas na rede privada, uma vez que o Decreto municipal em vigor autorizava as atividades presenciais desse setor. A referida conselheira informou que, diante da autorização para funcionamento, os diretores dos estabelecimentos particulares de ensino estavam mais calmos. Destacou que houve uma grande migração para a escola pública. A assessora técnica Roberta perguntou se a carga horária das crianças da rede privada também era de duas horas por dia, ao que foi respondido que dependia do tamanho da turma e do perfil de cada escola, já que umas possuíam mais tecnologia que outras. Seguindo para o segundo ponto da ordem do dia, o Presidente passou a palavra à assessora técnica Roberta para fazer a apresentação da proposta curricular da Educação Infantil da rede pública, de acordo com a BNCC, mas antes deixou registrado em ata o respeito e reconhecimento à equipe da Educação Infantil, uma vez que teve a possibilidade de receber o material antes para analisar, destacando que Roberta conduziu o trabalho com excelência. Inclusive, ela já havia redigido uma minuta da deliberação para apreciação do Conselho. Diante do exposto, manifestou sua gratidão à referida assessora. Antes que Roberta iniciasse a apresentação, foi passada a palavra para a conselheira Eva que reforçou que os professores que trabalhavam em múltiplas escolas, por possuírem muitas turmas, estavam esgotados, pois acompanhar o ensino remoto e o presencial simultaneamente não era brincadeira, mesmo para aqueles que trabalhavam em uma única escola. Acrescentou que havia colegas que já não pegavam mais o celular, não conseguiam mais participar de uma reunião on-line, com verdadeira aversão a esses recursos tecnológicos. Concluiu que, em breve, os cientistas dariam um nome a essa síndrome. Prosseguindo, a assessora técnica Roberta retomou a apresentação declarando que a equipe da Educação Infantil era o último grupo intelectual de resistência. Passou, então, a narrar o caminho dessa escrita do currículo, que não era da Secretaria de Educação para as escolas, mas um trabalho coletivo, dialógico, que teve início em fevereiro de 2018, assim que foi homologada a BNCC pelo Governo Federal. Nilópolis aderiu ao material do MEC e no dia 10 de abril de 2018, 1º dia D da BNCC da Educação Infantil, foi feito um convite à rede para uma leitura do documento, tendo como objetivos: conhecer, refletir, entender a BNCC e seus campos de experiência na Educação Infantil; resgatar as Diretrizes Pedagógicas de 2013 e avaliar os passos seguintes de estudo da BNCC. Em 2018, foram realizados oito encontros para escrever esse documento curricular da Educação Infantil. Em 2019, ocorreu uma experimentação desse currículo na rede, com validação pelos responsáveis e profissionais de educação numa consulta pública. Em 2020, veio a pandemia. Ainda em 2018, houve a participação dos encontros estaduais da Base e encontros regionais por estado, além das conferências organizadas pelo Conselho Estadual de Educação, para homologação do Documento Orientador das Diretrizes Pedagógicas da BNCC do Estado do Rio de Janeiro. Assim, de 2018 a 2020, foram mobilizados todos os profissionais da Educação Infantil da rede pública para estudo,



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NILÓPOLIS

Rua Pedro Álvares Cabral, 305, sala 201 - Centro, Nilópolis - RJ

E-mail: cmenilopolis@gmail.com

debate e escrita do currículo. Em 2020, foi necessário reorganizar a Orientação Pedagógica, delinear o trabalho da Educação Infantil para o atendimento remoto, com atividades não presenciais para a plataforma EducaNilopolis e investir na formação continuada em serviço virtualmente, com a temática do antirracismo na Educação Infantil. Esses profissionais também participaram do Curso de Extensão “Infâncias Brasileiras”, oferecido pela Prof^a Lea Tiriba do Núcleo Infâncias, Natureza e Arte/NINA-UNIRIO, a partir do qual foi possível aprender sobre o desemparedamento das ações e pensamentos na Natureza. Foram dez encontros muito valiosos. Baseada nessa realidade e nos estudos apreendidos, toda a rede pública parou no 2º semestre de 2020 para replanejar seus currículos, elaborados de acordo com a BNCC, a fim de atender o biênio 2020-2021, e fazer uma revisão das experiências curriculares da Educação Infantil que garantisse práticas de antirracismo e as questões do desemparedamento. Uma vez que a BNCC apresenta uma nova organização de agrupamento das faixas etárias: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, a rede municipal precisou adequar sua nomenclatura, com atendimento a partir do berçário (6 meses) até o Infantil 5 (5 anos e 11 meses). Dessa forma, a organização curricular da rede tem a compreensão de currículo como o conjunto de práticas que articulam as experiências e os saberes das crianças até 05 anos e 11 meses de idade com práticas pedagógicas indissociáveis: de cuidar e de educar, complementando a ação da família e da comunidade, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Roberta destacou que o arranjo curricular da Educação Infantil, finalizado de acordo com a BNCC, estava estruturado nos cinco campos de experiências por grupos de faixas etárias, que também se baseiam no que dispõe o DCNEI (2009) em relação aos saberes e aos conhecimentos fundamentais, apropriados às crianças e associados às suas experiências, a saber: Campo de experiências o eu, o outro e nós; Campo de experiências traços, sons, cores e formas; Campo de experiências escuta, fala, pensamento e imaginação; Campo de experiências corpo, gestos e movimentos; e Campo de experiências espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. Todos esses campos estão entrelaçados aos seis direitos de aprendizagem infantis: brincar, conviver, explorar, participar, expressar e conhecer-se. Os cinco campos são divididos pelas aprendizagens em cada agrupamento de faixa etária da Educação Infantil, com estratégias específicas contempladas pela Base, desde o berçário até o Infantil 5, quando é elaborado um documento norteador da transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, contendo estratégias fundamentais e essenciais de aprendizagem que todas as crianças precisam adquirir até essa etapa. Nesse sentido, a rede pública de Nilópolis adota a concepção de criança como cidadã, como sujeito histórico-social e criadora de cultura, fundamentada em 8 (oito) princípios norteadores da ação educativa: 1- O desenvolvimento integral da Criança; 2- As relações Escola e Família; 3- O papel dos educadores, das relações entre crianças e criança-adulto; 4- O planejamento; 5- O incentivo à leitura e à visibilidade no cotidiano escolar à cultura afrobrasileira; 6- As relações das crianças na Natureza e na Cultura; 7- O acolhimento, a afetividade e as transições das crianças na Educação Infantil; e 8- O papel do brincar na Educação Infantil. A assessora lembrou que, há algum tempo, somos sabedores de que o que norteia nossas práticas pedagógicas são as interações e brincadeiras. Nesse viés, as escolas municipais de Educação Infantil



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NILÓPOLIS

Rua Pedro Álvares Cabral, 305, sala 201 - Centro, Nilópolis - RJ

E-mail: cmenilopolis@gmail.com

buscam fazer valer a legislação existente sobre os direitos de toda criança, com ações antirracistas, além do desenvolvimento de condutas sustentáveis, como a não utilização dos emborrachados ou que, pelo menos, tenham uma durabilidade maior possível. Roberta concluiu, declarando que a Educação Infantil de Nilópolis visa criar uma nova realidade de formação individual, mas humanizada, com acolhimento e afetividade, fundamentais no fazer pedagógico. Concluída a explanação, o Presidente disse que, uma vez que o CME de Nilópolis não era formado por câmaras, mas um conselho pleno, optou pela dinâmica de apresentação do documento curricular pela assessora técnica Roberta, para aprovação e homologação pelo colegiado, ao invés de formar uma comissão que produziria um relatório para posterior discussão em plenária, o que tornaria o processo moroso. Isto posto, o Presidente propôs, então, uma questão para debate e reflexão: alterar o nome de proposta curricular para projeto curricular, por ser um termo mais adequado para o documento oficial norteador da elaboração dos planejamentos das unidades escolares. Diante da proposição, a assessora técnica Roberta sugeriu usar apenas a nomenclatura currículo, já que o termo projeto era amplamente utilizado na rede para outros fins. O Presidente acatou a sugestão e passou a palavra aos demais conselheiros. A conselheira Eva também aprovou a ideia e, considerando que criança é criança, independente da classe social ou origem, solicitou que o documento em tela também fosse apresentado aos diretores de escola privadas, uma vez que era perceptível que cada unidade trabalhava a seu modo, sem orientação, com muitas dificuldades. Completou dizendo que era fã do grupo da Educação Infantil da SEMED, sendo certo que a rede municipal caminhava coesa, com uma equipe de grande competência e de grande valor, que poderia compartilhar esse conhecimento e experiência com a rede privada. Nesse sentido, o Presidente pediu à secretária do Conselho para preparar um ofício solicitando à Secretaria de Educação uma reunião com os diretores de escolas particulares para apresentação do Currículo da Educação Infantil do Sistema de Ensino de Nilópolis. Destacou que a solicitação se justificava pelo fato de a rede particular fazer parte do Sistema Municipal de Ensino, sendo, inclusive, supervisionada pela SEMED. A conselheira Waldenise corroborou dizendo que o papel da Secretaria não deveria ser apenas de fiscalização, mas também de orientação. Em continuidade, não havendo mais nenhuma colocação sobre o documento, a assessora técnica Roberta fez a leitura da minuta de deliberação para apreciação e discussão da plenária, que decidiu sobre a substituição do termo “rede municipal” por “Sistema Municipal de Ensino”. Assim, a minuta de deliberação foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade e encaminhada para publicação no Diário Oficial do município e publicidade junto às escolas da iniciativa privada. Finalizando, a conselheira Eva declarou que o encontro havia sido de grande produtividade e grande valor, e o Presidente desejou uma boa semana a todos. Nada mais a tratar, foi lavrada a presente ata por Andréa Tavares, que secretariou a reunião, e vai assinada por todos os presentes.